



**RESOLUÇÃO N° 119/2014, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014**  
**CONSELHO UNIVERSITÁRIO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS – UNIFAL-MG**

Revogada pela Resolução Consuni nº 76, de 3 de setembro de 2024

O Conselho Universitário da UNIFAL MG, no uso de suas atribuições regimentais e estatutárias, tendo em vista o que consta no Processo n° 23087.008468/2014-49 e o que ficou decidido em sua 122<sup>a</sup> reunião, realizada em 03 de dezembro de 2014, resolve:

**Art. 1º APROVAR** o Regimento Interno do Conselho Universitário – Consuni, da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL MG, na forma do Anexo I.

**Art. 2º REVOGAM-SE** as disposições em contrário e em especial a Resolução 55/2011.

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Quadro de Avisos da Secretaria Geral.

**Prof. Paulo Márcio de Faria e Silva**  
Presidente do Conselho Universitário

**DATA DA PUBLICAÇÃO**  
**UNIFAL-MG**  
**10-12-2014**



**Anexo I**

**REGIMENTO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO (Consuni)  
(com alterações)**

---



## SUMÁRIO

	Página
Título I Da Composição e das Competências	04
Capítulo I Da Composição art. 1º	04
Capítulo II Das Competências art. 2º	05
Título II Da Estrutura e do Funcionamento	06
Capítulo I Da Estrutura art. 3º	06
Sessão I Da Presidência art. 4º e 5º	07
Sessão II Das Comissões Relatoras art.6º a 10	07
Capítulo II Do Funcionamento	08
Sessão I Da Pauta da Reunião art. 11 a 14	08
Sessão II Das Reuniões art. 15 a 24	09
Sessão III Da Apreciação das Matérias art. 25 a 40	11
Sessão IV Da Formalização art. 41 e 42	16
Título III Das Disposições Gerais art. 43 a 45	16



**TÍTULO I**  
**Da Composição e das Competências**

**CAPÍTULO I**  
**Da Composição**

— **Art. 1º** O Conselho Universitário — Consuni, órgão máximo de natureza normativa, deliberativa e consultiva da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL MG), tem sua composição definida no Estatuto e no Regimento Geral desta Universidade:

- I pelo Reitor, seu presidente;
- II por docentes representantes de cada Unidade Acadêmica;
- III por representantes dos servidores técnico administrativos em educação (TAE);
- IV por representantes do corpo discente;
- V por 02 (dois) representantes do Conselho de Integração Comunitária — Cicom.

— **§ 1º** O cálculo do número de representantes docentes de cada Unidade Acadêmica de que trata o inciso II será o quociente da divisão do número de docentes de seu quadro permanente por 15 (quinze) acrescido de 01 (um) na ocorrência de resto que não seja nulo.

— **§ 2º** A indicação dos representantes e dos respectivos suplentes referidos no inciso II será definida no regimento da respectiva Unidade Acadêmica.

— **§ 3º** A eleição dos representantes e dos respectivos suplentes referidos no inciso III será realizada por meio de voto direto, universal e secreto.

— **§ 4º** O número de representantes dos incisos III e IV será igual para os dois segmentos e proporcional ao número de docentes, conforme legislação vigente.

— **§ 5º** A indicação dos representantes e dos respectivos suplentes referidos no inciso IV será feita pelos órgãos máximos de representação estudantil na UNIFAL MG.

— **§ 6º** É assegurado a todos os membros do Consuni o direito a voz e voto, cabendo ao seu presidente somente o voto de qualidade.

— **§ 7º** **VETADO.**

— **§ 8º** O mandato dos representantes referidos no inciso IV será de 01 (um) ano, sendo permitida a recondução.



## CAPÍTULO II

### Das Competências

**Art. 2º** Compete ao Consuni:

- I deliberar sobre as diretrizes para o desenvolvimento da política de ensino, pesquisa, extensão, administração, cultura, cidadania e prestação de serviços à comunidade;
- II deliberar sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI;
- III organizar lista para efeito de nomeação do Reitor e do Vice-Reitor, de acordo com a legislação vigente;
- IV deliberar, anualmente, sobre a proposta orçamentária;
- V deliberar sobre a proposta de matriz de alocação de recursos orçamentários a serem distribuídos, anualmente, às Unidades Acadêmicas;
- VI julgar, anualmente, a prestação de contas da UNIFAL MG, mediante parecer emitido pelo Conselho de Curadores;
- VII deliberar sobre o credenciamento de fundações de apoio à UNIFAL MG;
- VIII julgar, anualmente, a prestação de contas de Fundações de Apoio credenciadas pela UNIFAL MG;
- IX deliberar sobre o Regimento Geral e o Estatuto da UNIFAL MG, seu próprio Regimento, sobre os regimentos das Unidades Acadêmicas e demais órgãos suplementares, Unidades Administrativas e Órgãos Colegiados da UNIFAL MG, bem como sobre as propostas de alteração;
- X deliberar sobre a permanência, a criação ou a extinção, na sede ou fora dela, de Unidades Acadêmicas e de suas subunidades, de cursos de educação superior, de unidades especiais, de centros de pesquisa e de serviços de produção mantidos pela UNIFAL MG;
- XI deliberar sobre a proposta de matriz de alocação de recursos humanos a serem distribuídos às Unidades Acadêmicas;
- XII deliberar sobre a realização de concursos públicos para provimento de vagas autorizadas, bem como homologar os resultados;
- XIII deliberar sobre normas internas de admissão, contratação, progressão, afastamento, licença, demissão e alteração de regime de trabalho de docentes e de servidores técnico-administrativos em educação, observada a legislação vigente;
- XIV deliberar sobre a destinação das funções comissionadas, mediante proposta da Reitoria que, uma vez aprovada, será publicada na página da UNIFAL MG;



- XV julgar, em grau de recurso, as decisões da Reitoria e do CEPE;
- XVI autorizar a aquisição, a alienação, a doação, a cessão e a permuta de bens imóveis;
- XVII deliberar sobre a concessão de dignidades acadêmicas;
- XVIII deliberar sobre brasões, bandeiras, hinos, logotipos e marcas que identifiquem a UNIFAL MG;
- XIX indicar comissão que organizará a consulta à comunidade para a elaboração da lista tríplice para a escolha do Reitor e Vice-Reitor;
- XX deliberar sobre matérias que, embora não previstas neste artigo, aconselhem sua interferência, dada a natureza da causa em questão.
- § 1º As decisões a que se referem os incisos II, V, IX, X, XI, dependerão da aprovação de 2/3 (dois terços) dos membros do Consuni.
- § 1º As deliberações a que se referem os incisos II, V, IX e X deste artigo dependerão da aprovação de 2/3 (dois terços) dos membros presentes na reunião, exceto as que deliberarem sobre o Estatuto, Regimento Geral da UNIFAL MG, Regimento Interno do Consuni e inciso XI deste artigo, que dependerão da aprovação de 2/3 (dois terços) dos membros do Consuni. ([Alterado pela Resolução do Conselho Universitário nº 134/2014, de 15-12-2014, publicada em 22-12-2014](#))
- § 2º Se ao recurso interposto na forma do inciso XV for juntado algum documento posterior à decisão que o motivou, o processo deverá retornar à instância que primeiro tomou conhecimento da matéria.

## TÍTULO II

### **Da Estrutura e do Funcionamento**

#### **CAPÍTULO I** **Da Estrutura**

- Art. 3º O Consuni terá como estrutura organizacional:
- I uma presidência, exercida pelo Reitor ou seu substituto;
- II Comissões Relatoras constituídas para tratar de matérias a elas designadas pelo Consuni.
- § 1º Nas suas faltas ou impedimentos, o Reitor, como Presidente do Consuni, será substituído pelo Vice-Reitor e, na falta ou impedimento deste, pelo conselheiro mais antigo no



~~magistério superior da UNIFAL MG, e em caso de igualdade de condições, pelo de maior idade.~~

~~§ 2º O Consuni contará com o assessoramento da Secretaria Geral da UNIFAL MG para o desenvolvimento de suas atividades.~~

## **Seção I**

### **Da Presidência**

~~Art. 4º O Presidente é o responsável pelo pronunciamento coletivo do Consuni, coordenador de seus trabalhos e fiscalizador do cumprimento de seu Regimento.~~

~~Art. 5º Compete ao Presidente:~~

- ~~I coordenar as discussões e nelas intervir para esclarecimento, quando solicitado, e conceder a palavra aos conselheiros;~~
- ~~II resolver justificadamente as questões de ordem;~~
- ~~III estabelecer claramente a questão que será objeto de votação;~~
- ~~IV encaminhar as votações;~~
- ~~V usar o voto de qualidade nos casos de empate.~~

## **Seção II**

### **Das Comissões Relatoras**

~~Art. 6º As Comissões Relatoras serão constituídas pelo Consuni quando este julgar necessário por proposição do seu presidente ou qualquer dos seus membros.~~

~~Art. 7º As Comissões Relatoras serão compostas por no mínimo 03 (três) membros do Consuni indicados pelo pleno, que designará dentre eles o seu presidente.~~

~~**Parágrafo único.** Os suplentes dos conselheiros titulares no Consuni são também seus suplentes nas Comissões Relatoras.~~



— **Art. 8º** Compete às Comissões Relatoras:

- I apreciar e emitir parecer circunstaciado sobre a matéria para a qual tenham sido constituídas;
- II promover a instrução e definir as diligências necessárias;
- III desenvolver estudos e, pesquisas para serem utilizadas na apreciação da matéria;
- IV buscar consultoria interna e/ou externa quando julgar pertinente.

— **Art. 9º** As reuniões das Comissões Relatoras serão fechadas e convocadas pelos seus respectivos presidentes.

— § 1º Qualquer pessoa, desde que convidada, poderá participar das reuniões sem direito a voto.

— § 2º No relatório da Comissão deverão constar os fatos, dados, informações, e considerações que a comissão julgar relevante para o bom entendimento da matéria pelo pleno inclusive, se houver, votos divergentes.

— § 3º As Comissões Relatoras terão prazo máximo de 30 (trinta) dias para elaboração de parecer. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, apenas uma vez, mediante justificativa do presidente da Comissão Relatora ao presidente do Consuni. ([Renumerado pela Resolução do Conselho Universitário nº 134/2014, de 15-12-2014, publicada em 22-12-2014](#))

— **Art. 10** Os relatórios das Comissões, de que trata o Art. 9º, serão encaminhados à Secretaria Geral e imediatamente disponibilizados para os Conselheiros.

## CAPÍTULO II

### Do Funcionamento

#### Seção I

##### Da Pauta da Reunião

— **Art. 11** Todo assunto encaminhado ao Consuni deverá ser protocolado ao seu presidente que, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, fará sua avaliação e o encaminhará à Secretaria Geral



para inclusão na pauta do Consuni, ou o indeferirá, comunicando ao interessado.

— §1º Ao indeferimento caberá pedido de recurso o qual será incluído pelo presidente do Consuni na próxima reunião do Conselho cuja apreciação precederá aos demais itens de pauta.

— §2º As Comissões Relatoras terão prazo máximo de 30 (trinta) dias para elaboração de parecer. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, apenas uma vez, mediante justificativa do presidente da Comissão Relatoria ao presidente do Consuni.

— **Parágrafo único.** Ao indeferimento caberá pedido de recurso o qual será incluído pelo presidente do Consuni na próxima reunião do Conselho cuja apreciação precederá aos demais itens de pauta. ([Alterado pela Resolução do Conselho Universitário nº 134/2014, de 15/12/2014, publicada em 22/12/2014](#))

— **Art. 12** Qualquer assunto encaminhado ao Consuni deverá ser disponibilizado, juntamente com toda sua documentação, na página da Secretaria Geral no prazo máximo de dois dias úteis.

— **Parágrafo único.** Todos os conselheiros deverão ser imediatamente comunicados da disponibilização de algum assunto na página da Secretaria Geral.

— **Art. 13** A pauta das reuniões será composta por todos os assuntos encaminhados à Secretaria Geral que não tenham sido indeferidos.

— **Art. 14** A ordem dos itens de pauta será organizada pelo Presidente do Consuni.

— **Parágrafo único.** No início da reunião do Consuni poderá ser solicitada a inversão da ordem de pauta mediante justificativa.

## Seção II

### Das reuniões

— **Art. 15** A convocação das reuniões ordinárias do Consuni será feita por escrito com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, e cada conselheiro, no momento da convocação, deverá receber uma cópia da pauta de reunião.

— §1º As reuniões do Consuni terão precedência sobre outras atividades acadêmicas e



administrativas.

— § 2º Os conselheiros discentes, que em razão de sua participação nas reuniões do Consuni, necessitarem faltar a alguma atividade acadêmica não serão penalizados.

— Art. 15 A As reuniões do Consuni poderão ser realizadas por videoconferência ou por outra tecnologia de transmissão de som e imagem em tempo real que vier a ser desenvolvida.

— § 1º A participação dos membros do Consuni por videoconferência ocorrerá a partir de sala própria de videoconferência na sede e em cada campus fora de sede da UNIFAL MG, as quais serão indicadas na convocação para a respectiva reunião.

— § 2º Em cada sala de videoconferência indicada para a reunião deverão estar presentes os conselheiros lotados na respectiva Unidade, conforme lista de presença a ser assinada na entrada do recinto, podendo haver a participação de conselheiros de outro campus da UNIFAL MG que estejam em trânsito no local de transmissão, devendo estes igualmente assinarem a lista de presença.

— § 3º Em cada campus fora de sede, haverá servidores técnico-administrativos ou funcionários terceirizados, designados pelo Diretor, objetivando proporcionar as condições locais necessárias para a realização das sessões por videoconferência, dando suporte à transmissão e auxiliando nos trabalhos de secretaria durante a reunião, com função precípua de coleta de assinatura dos conselheiros na lista de presença, controle de *quorum*, contagem de votação, controle de processos e demais documentos atinentes à sessão, para posterior envio à Secretaria Geral.

— § 4º Nas reuniões por videoconferência, a contagem do *quorum* far-se-á pelo somatório dos membros do Conselho presentes em cada sala de videoconferência.

— § 5º As reuniões realizadas por videoconferência serão suspensas imediatamente, caso ocorra algum problema técnico que impeça a adequada participação dos conselheiros em qualquer momento da reunião, observando-se o seguinte:

— I — se o problema técnico for solucionado no prazo de 30 (trinta) minutos, a reunião será retomada do ponto exato em que havia sido interrompida, podendo o tempo de paralisação ser acrescido ao tempo máximo de realização da sessão;

— II — quando problemas técnicos interromperem qualquer votação, esta deverá ser refeita;

— III — as decisões tomadas antes da ocorrência de problemas técnicos serão preservadas;

— IV — se o problema técnico não for solucionado no prazo de 45 (quarenta e cinco), a reunião será encerrada, ficando a critério do Presidente do Conselho decidir se as matérias remanescentes da pauta ficarão para a reunião ordinária seguinte ou se convocará reunião extraordinária para a apreciação das mesmas.

— § 6º A vista de processo com atribuição de regime de urgência, que se dá para análise na própria sessão, quando solicitada por conselheiro que estiver em sala de videoconferência



~~diversa da que se encontram fisicamente os autos, far-se-á através de cópia digitalizada do mesmo que estará disponível para download em link no respectivo item da pauta, devendo o parecer de vista ser apensado posteriormente ao processo físico.~~

~~§ 7º Não integrarão a pauta das reuniões por videoconferência as seguintes matérias relativas à Universidade:~~

- ~~I – alteração da estrutura organizacional;~~
- ~~II – alteração do Estatuto, do Regimento Geral e do Plano de Carreira dos Servidores;~~
- ~~III – contratação de servidores;~~
- ~~IV – criação ou extinção de cursos.~~

~~§ 8º Aplicam-se às reuniões do Consuni por videoconferência, subsidiariamente, no que couber, as mesmas normas regimentais de funcionamento das sessões de caráter presencial conjunto.~~

[\(Redação dada pela Resolução nº 45, de 03.08.2018\)](#)

~~Art. 16 As reuniões serão abertas ao público, salvo quando o assunto a ser tratado for considerado pela maioria absoluta do pleno de caráter reservado.~~

~~Parágrafo único. Nas reuniões abertas ao público o direito a voz será concedido a juízo do pleno.~~

~~Art. 17 As reuniões ordinárias constarão no calendário anual proposto pela Secretaria Geral e aprovado pelo Consuni, na última reunião do ano vigente.~~

~~Art. 18 As reuniões extraordinárias serão convocadas sem exigência de antecedência, pelo Presidente do Consuni ou por requerimento de 1/3 (um terço) de seus conselheiros por motivos excepcionais ou de urgência, cabendo a quem as convocar a justificativa do procedimento.~~

~~Parágrafo único. A matéria que motivou a reunião extraordinária somente será apreciada se a justificativa de urgência e/ou excepcionalidade for acatada pela maioria simples dos presentes.~~

~~Art. 19 As reuniões solenes serão convocadas pelo Presidente, sem exigência de antecedência e serão realizadas com qualquer número de membros presentes.~~

~~Art. 20 O Consuni instalar-se-á e deliberará com presença de maioria absoluta de seus~~



membros.

— §1º — Na ~~inexistência de quorum regimental, decorridos 30 (trinta) minutos do horário estabelecido para o início da reunião, o presidente cancelará a reunião e poderá aprovar ad referendum do Consuni os assuntos de pauta.~~

— §2º — Os assuntos aprovados ~~ad referendum~~ serão submetidos ao Consuni na primeira reunião ordinária subsequente como primeiros assuntos de pauta.

— **Art. 21** — Será justificada a falta à reunião do conselheiro e do seu suplente:

— I — por motivo de saúde ou impedimento legal;

— II — que estiver fora da unidade de lotação, a serviço da Universidade ou por ela liberado;

— III — que, sendo representante discente, estiver em férias letivas ou participando, de atividades acadêmicas com liberação oficial pela UNIFAL-MG;

— IV — que, sendo docente ou TAE estiver gozando de férias institucionais.

— § 1º — O conselheiro que não puder comparecer à reunião deverá convocar seu suplente, e caso este não possa substituí-lo, ambos deverão encaminhar suas respectivas justificativas à Secretaria Geral até o início da reunião do Consuni.

— § 2º — O conselheiro que se retirar antes do término da reunião, deverá comunicar à mesa o motivo da saída, para registro em ata.

— § 3º — A Secretaria Geral publicará anualmente em sua página, relatório constando as presenças, substituições e ausências, indicando se foram ou não justificadas.

— **Art. 22** — Perderão o mandato o conselheiro e seu suplente que faltarem, sem justificativa a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas num período de 12 (doze) meses.

— **Art. 23** — As reuniões do Consuni constarão de 03 (três) partes:

— 1 — apreciação da ata da reunião anterior;

— 2 — a ordem do dia, destinada à deliberação das matérias em pauta;

— 3 — assuntos gerais para conhecimento.

— **Art. 24** — O tempo máximo da reunião do Consuni é limitado a 03 (três) horas, prorrogáveis por tempo determinado, a critério do pleno.



### Seção III

#### Da Apreciação das Matérias

**Art. 25** A apreciação de cada matéria obedecerá à seguinte sequência:

- I apresentação da matéria pelo Presidente do Consuni;
- II apresentação de parecer, quando houver, pelo presidente da Comissão Relatora podendo ser dispensada a leitura completa:
  - a. o parecer da Comissão Relatora será apreciado em conjunto com direito a destaques.
  - b. os destaques serão votados isoladamente, na ordem em que forem suscitados.
  - c. as propostas de emendas aos itens destacados deverão ser apresentadas à mesa por escrito.
- III discussão da matéria;
- IV votação da matéria admitindo-se o uso da palavra apenas para solicitação de esclarecimento ou questão de ordem.

(Aplicabilidade do Art. 25 pela Resolução nº 2, de 26.03.2018)

**Art. 26** A cada assunto de pauta caberá um período de discussão de até 60 (sessenta) minutos ordenada por lista de inscrição, controlada pela secretaria da mesa.

- §1º Cada lista será limitada a 05 (cinco) inscrições e caso necessário serão feitas listas suplementares para permitir inscrições adicionais.
- §2º As manifestações de cada conselheiro não deverão ultrapassar 03 (três) minutos.
- §3º Os pronunciamentos serão feitos obrigatoriamente ao microfone para o devido registro.
- §4º Ao final do período estabelecido o Presidente colocará em votação as opções:
  - 1 a deliberação imediata ou
  - 2 a prorrogação da discussão por um período determinado ou
  - 3 a suspensão do assunto.
- §5º Acatada a opção 2, será aberta nova lista de inscrição conforme o *caput* deste artigo.
- §6º Acatada a opção 3, o assunto será apreciado na próxima reunião do Consuni como primeiro assunto de pauta após a apreciação dos assuntos deliberados *ad referendum* quando houver.

**Art. 27** Os assuntos de pauta não apreciados quando do encerramento da reunião do Consuni serão discutidos na próxima reunião, na mesma ordem.



**Art. 28** O membro que desejar apartear um orador deve primeiro solicitar o seu consentimento, não podendo falar se o aparte lhe for negado.

§ 1º Os apartes deverão ser feitos para esclarecer o orador ou para fazer lhe perguntas, que esclareçam o plenário, sobre o ponto que está em discussão.

§ 2º Os apartes não poderão ser discursos paralelos ao do orador aparteados.

§ 3º O tempo concedido ao aparteante será descontado do tempo do orador que o conceder.

**Art. 29** O Presidente, proponente ou relator não poderá ser aparteados quando estiver encaminhando votação.

**Art. 30** A citação do nome de um conselheiro ou referência a assunto que a ele esteja relacionado não lhe garante o direito imediato de resposta, necessitando inscrição.

**Parágrafo único.** A inscrição, neste caso, terá prioridade de pronunciamento na próxima lista.

**Art. 31** A manifestação do Presidente do Consuni, quando se tratar de mérito do assunto, deverá ser mediante inscrição.

**Parágrafo único.** O Presidente do Consuni somente poderá se pronunciar sem inscrição quando se tratar de questão de ordem, encaminhamento ou quando for solicitado algum esclarecimento pelo conselheiro que faz uso da palavra.

**Art. 32** As questões de ordem e de encaminhamento terão prioridade aos pronunciamentos, devendo ser imediatamente apreciadas pela plenária.

**Art. 33** São consideradas questões de ordem e de encaminhamento quando:

I — o tempo regimental do assunto ou da reunião tenha se esgotado;

II — não existir *quorum* necessário para a votação da proposta;

III — o assunto não for de competência do Consuni;

IV — o assunto depender de outras questões ainda não apreciadas;

V — o assunto infringir legislação superior;



- VI indicar a forma de votação;
  - VII for solicitada a retirada do assunto de pauta pelo proponente;
  - VIII for solicitado pedido de vistas ao processo;
  - IX outro motivo, cuja pertinência seja aprovada pela Plenária.
- **Art. 34** As discussões poderão ser interrompidas por até 15 (quinze) minutos, a critério do pleno.
- **Parágrafo único.** Este tempo não será computado no tempo regimental de discussão atribuído ao assunto.
- **Art. 35** Os conselheiros, individualmente ou em grupo, poderão solicitar vista a processos submetidos à apreciação no plenário, antes de iniciar a votação e por uma única vez em cada processo.
- §1º Caberá unicamente à plenária do Consuni, decidir pela concessão de vista ao processo.
  - §2º O pedido de vista interromperá imediatamente a discussão da matéria até nova sessão.
  - §3º Todo o pedido de vista implicará a apresentação de parecer por parte do solicitante no prazo de 10 (dez) dias a contar da data em que os autos estiverem à sua disposição.
  - §4º Transcorrido o prazo, a presidência determinará a cobrança dos autos para que o processo seja automaticamente incluído na pauta da sessão seguinte.
  - §5º Toda vez que outra comissão for chamada a opinar sobre um processo já relatado abrir-se-á nova oportunidade de pedido de vista dentro das condições estabelecidas neste Regimento.
  - §6º O pedido de vista poderá ser renovado pelo prazo de 10 (dez) dias, por deferimento:
    - I. do Presidente;
    - II. da comissão responsável pelo parecer;
    - III. da maioria simples do Conselho; ou
    - IV. em consequência de diligência determinada pelo Conselho.
- **Art. 36** O processo de votação poderá ser simbólico ou nominal ou secreto adotando-se a primeira forma sempre que a segunda ou a terceira não seja requerida por pelo menos um dos conselheiros ou pelo Presidente.
- § 1º A votação será secreta somente se o seu requerimento for aprovado por 2/3 (dois



terços) dos presentes.

§ 2º A votação nominal será realizada em cédulas identificadas com o nome do conselheiro e será simultânea, ou seja, com todos os conselheiros votando ao mesmo tempo. Os votos serão entregues à mesa para leitura com a identificação do conselheiro e de seu voto.

§ 3º Qualquer conselheiro poderá fazer consignar em ata, expressamente, o seu voto.

§ 4º É vedado o voto por procuração.

**Art. 37** A proposta em votação será considerada aprovada, quando obtiver a maioria dos votos válidos.

§ 1º No caso de votação simbólica serão considerados votos válidos, as abstenções, os votos favoráveis e desfavoráveis.

§ 2º No caso de votação nominal ou secreta serão considerados válidos os votos brancos, favoráveis ou desfavoráveis.

§ 3º O voto nulo em qualquer votação será considerado como voto não válido.

§ 4º Havendo mais de duas propostas e nenhuma delas obtendo os votos necessários para aprovação, as duas propostas mais votadas serão submetidas à nova votação.

§ 5º Nas votações simbólicas caso a soma das abstenções seja superior à soma dos votos favoráveis e desfavoráveis, a matéria será submetida à nova apreciação.

§ 6º Nas votações nominais ou secretas, caso a soma dos votos nulos e brancos seja superior à soma dos votos favoráveis e desfavoráveis, a matéria será submetida à nova apreciação.

**Art. 38** Ficam impedidos de votar os conselheiros cuja relação com a matéria em votação configure conflito de interesse.

**Parágrafo único.** Quem for considerado impedido não será computado no *quorum* do assunto em votação.

**Art. 39** Por decisão de maioria absoluta, um assunto já deliberado pelo Consuni poderá ser novamente apreciado em reunião posterior e novas propostas poderão ser apresentadas e votadas.

**Art. 40** Conforme disposto no inciso XXI do Artigo 26 do Regimento Geral da UNIFAL



~~MG, o Reitor poderá exercer, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que se lhe tenha dado conhecimento do processo, o direito de voto, que poderá ser parcial sobre resolução de qualquer dos órgãos colegiados da Instituição, incluindo o Consuni.~~

~~§1º~~ — Vetada a matéria, o Reitor a apresentará ao Consuni, juntamente com as razões do voto, na reunião seguinte ou, sendo matéria de extrema urgência, em reunião extraordinária convocada até 15 (quinze) dias da data do voto.

~~§2º~~ — O Conselho poderá rejeitar o voto por votação de 2/3 (dois terços) de seus membros.

#### **Seção IV**

#### **Da Formalização**

**Art. 41** — As decisões do Consuni serão formalizadas em resoluções promulgadas pelo seu Presidente.

**Art. 42** — A ata circunstanciada da reunião deverá informar:

- ~~I — a natureza da reunião, o dia, a hora, o local de realização e o nome de quem a presidiu;~~
- ~~II — os nomes dos conselheiros presentes;~~
- ~~III — a relação dos conselheiros ausentes e seus suplentes que apresentaram justificativa, conforme previsto no Art. 21.~~
- ~~IV — a discussão porventura havida a propósito da ata e a votação desta;~~
- ~~V — o resumo da discussão havida na ordem do dia e os resultados das votações e as declarações de voto na íntegra, nos casos de votações nominais;~~
- ~~VI — a transcrição na íntegra de seu pronunciamento, quando solicitada pelo conselheiro;~~
- ~~VII — todas as propostas e decisões por extenso.~~

#### **TÍTULO III**

#### **Das Disposições Gerais**

**Art. 43** — Os casos omissos no presente Regimento serão resolvidos pelo Consuni.



— **Art. 44** — Este Regimento somente poderá ser alterado em reunião com aprovação de no mínimo 2/3 (dois terços) dos votos dos membros do Consuni.

— **Art. 45** — Este regimento entrará em vigor após sua aprovação pelo Consuni.